

**HABEAS CORPUS Nº 502.074 - SP (2019/0093422-5)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : PEDRO ROBERTO DA SILVA CASTRO FILHO  
**ADVOGADO** : PEDRO ROBERTO DA SILVA CASTRO FILHO - SP309527  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : DANILO DA SILVA SANTOS (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de DANILO DA SILVA SANTOS contra decisão de indeferimento de liminar em *habeas corpus* pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. (HC n. 2067859-38.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente foi preso preventivamente em 9/4/2015 pela suposta prática dos crimes previstos nos artigos 33, *caput*, 35, *caput*, combinados com artigo 40, VI, todos da Lei 11.343/2006. Encerrada a persecução penal perante a primeira instância, o paciente foi condenado às penas de 13 anos, 1 mês e 15 dias de reclusão, em regime inicial fechado, além de 1894 dias-multa.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus*, com pedido liminar, na Corte estadual, sob a alegação de excesso de prazo. O Tribunal de origem, contudo, indeferiu o pedido liminar, nos seguintes termos (e-STJ fls. 20/21):

(...)

2. É sabido que, para o pronto exame da legitimidade das alegações contidas na impetração e o alcançamento da eficácia almejada, mister se faz a presença dos requisitos necessários à outorga da cautela - concessível somente em casos excepcionais -, os quais não se vislumbram nesta etapa cognitiva sumaríssima, não aflorando dos autos, de resto, ilegalidade manifesta. Indefiro, pois, a prestação jurisdicional buscada em caráter liminar.

(...)

No presente *habeas corpus*, a defesa alega, em síntese, excesso

de prazo para a formação da culpa do paciente, tendo em vista que a prisão do paciente perdura por aproximadamente 4 anos, a ofender os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e presunção de inocência.

Diante disso, pugna, liminarmente e no mérito, pela concessão da ordem e expedição do respectivo alvará de soltura.

É o relatório. **Decido.**

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é assente no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar na origem, na esteira da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, salvo no caso de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada. A propósito:

*PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DE LIMINAR NA ORIGEM. NÃO CABIMENTO. SUPERAÇÃO DO ENUNCIADO N. 691 DA SÚMULA DO STF. IMPOSSIBILIDADE. ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. Não se admite, em princípio, a impetração de habeas corpus contra decisão que denega pedido liminar em sede de writ impetrado na origem, sob pena de se configurar indevida supressão de instância. (Enunciado 691, da Súmula do STF), ressalvadas as decisões teratológicas ou com deficiência de fundamentação, o que não ocorre na hipótese. Agravo regimental desprovido (AgRg no HC 306.319/CE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 9/6/2015, DJe 19/6/2015).*

Não é o que ocorre na espécie.

A Constituição Federal, no art. 5º, inciso LXXVIII, prescreve: "*a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação*". No entanto, essa garantia deve ser compatibilizada com outras de igual estatura constitucional, como o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório que, da mesma forma, precisam ser asseguradas às partes no curso do processo.

Assim, eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional.

Nesse sentido:

*[...]. O excesso de prazo desproporcional, desmotivado e irrazoável para a conclusão do feito, mormente em se tratando de réu preso, não pode, em qualquer hipótese, ser tolerado. (HC n. 134.312/CE, Relatora Ministra LAURITA VAZ, Quinta Turma, julgado em 22/6/2010, DJe 2/8/2010).*

No caso, o paciente foi condenando à pena de 13 anos, 1 mês e 15 dias de reclusão em regime inicial fechado pela prática de delito equiparado à hediondo, acarretando a maior elasticidade na análise da razoabilidade, mormente em se considerando o lapso temporal necessário para eventual progressão de regime.

É certo, de todo modo, que as questões suscitadas pela defesa do paciente serão tratadas naquele *mandamus*, por ocasião do julgamento de mérito, sem o qual esta Corte fica impedida de apreciar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** a petição inicial do presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

